

Sonhar o futuro, mudar o presente

Diálogos
contra
o racismo,
por uma
estratégia
de inclusão
racial
no Brasil

iBase^{etinho}

Sonhar o futuro, mudar o presente

*Diálogos contra o racismo,
por uma estratégia
de inclusão racial no Brasil*

Sonhar o futuro, mudar o presente

Diálogos contra o racismo, por uma estratégia de inclusão racial no Brasil

Uma publicação do Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Av. Rio Branco, 124, 8º andar – Centro – CEP 20148-900 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: +(21) 2509.0660 Fax: +(21) 3852.3517 ibase@ibase.br www.ibase.br

EDIÇÃO

Iracema Dantas

ORGANIZAÇÃO

Rosana Heringer

REVISÃO

AnaCris Bittencourt

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Sonia Aguiar

TRANSCRIÇÃO DO SEMINÁRIO

Creuza Stephen

PRODUÇÃO GRÁFICA

Geni Macedo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Imaginatto Design e Marketing

APOIO

ActionAid, Fundação Ford e Novib

CAPA

Ilustração digital sobre foto de Rinaldo Coelho

FOTOLITOS

Rainer Rio

IMPRESSÃO

Ultrasat

TIRAGEM

3.000 exemplares

COORDENAÇÃO-GERAL

Atila Roque, Ibase/Observatório da Cidadania

ORGANIZAÇÃO

Guacira Cesar, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

Iradj Roberto Eghari, Comunidade Bahá'í do Brasil

Jurema Werneck, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras

Lucia Xavier, Criola

Michele Lopes, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea)

Nilza Iraci e Sueli Carneiro, Geledés - Instituto da Mulher Negra

Rosana Heringer, Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes (Afro/Ucam) e Cepia

Silvia Ramos, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (Cesec/Ucam)

ASSISTENTES

Angela Collet, Ibase

Fernanda Carvalho, Ibase

SECRETARIA

Ana Xavier, Ibase

SONORIZAÇÃO

Anderson Luiz

Roger Santana

Esta publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

Este livro é resultado das três reuniões dos Diálogos sobre a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizadas entre julho de 2001 e setembro de 2002 no Rio de Janeiro.

Sumário

Apresentação	05
CAPÍTULO 1	
As várias faces do racismo e da discriminação	07
Quem é negro no Brasil?	09
CAPÍTULO 2	
Igualdades e diferenças	15
Da senzala à arena pública	18
Aprendendo com a experiência	19
CAPÍTULO 3	
A democracia racial diante do espelho	21
Sob o olhar dos direitos humanos	22
Uma campanha quase em branco	24
CAPÍTULO 4	
Arestas, tensões e conflitos no jogo de alianças	27
Articulação de mulheres negras	28
A aliança dos povos negros das Américas	30
CAPÍTULO 5	
Avanços recentes, desafios permanentes	33
Antes e depois de Durban	37
CAPÍTULO 6	
As cotas em questão	41
Os desafios de uma universidade	43
CAPÍTULO 7	
Construção coletiva da igualdade na diferença: pistas para ação	49
Propostas para ampliar o diálogo	56
Metas para o milênio	59
Participantes	60

Apresentação

As idéias apresentadas nas páginas a seguir são uma síntese de três Diálogos em torno da agenda da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR), realizada em Durban (África do Sul), em setembro de 2001. Os encontros foram uma iniciativa do Ibase/Observatório da Cidadania, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, da Comunidade Bahá'í, da Cepia, dos Centros de Estudos Afro-Brasileiros e de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, do Geledés e de Criola. Participaram das conversas integrantes de organizações do movimento negro que trabalham diretamente com a questão racial, além de ONGs e organizações de mulheres participantes das lutas anti-racistas.

O esforço realizado nesses Diálogos procurou romper com uma certa compartimentalização que sempre marcou o debate dessa questão no Brasil, ampliando-o para além das organizações diretamente ligadas ao tema e tratando-o como pertinente a toda a sociedade brasileira. Visou, também, aproximar as entidades, expor claramente as posições e divergências, e criar as bases para a construção de confiança política entre os interlocutores.

Foram realizados três Diálogos: um antes da conferência de Durban (julho de 2001), um em novembro de 2001 e outro um ano depois, quando se buscou refletir sobre os desdobramentos, atividades e estratégias a serem desenvolvidas em relação ao que foi discutido e indicado na África do Sul. Os textos apresentados nesta publicação não seguiram a ordem dos encontros. Eles foram organizados de forma a traçar um painel mais objetivo possível das principais idéias, questões e polêmicas levantadas pelos participantes e a apontar pistas para a implementação do Plano de Durban no Brasil.

O maior desafio enfrentado por participantes, articuladores e articuladoras dos diálogos foi o de analisar e tentar identificar tendências em um processo ainda em curso, no calor da hora. Foi desafiador, mas ao mesmo tempo muito interessante. Espera-se que o resultado contribua para a construção coletiva da igualdade racial no Brasil, dentro das diferenças que marcam a formação social brasileira.



Foto: Márcio Bredariol

1

As várias faces do racismo e da discriminação

Em qualquer lugar do mundo, mas no Brasil em particular, a luta contra o racismo possui um sentido mais profundo que o da transformação das condições socioeconômicas em que vivem grupos historicamente discriminados. Seu forte conteúdo moral e ético obriga uma mudança de mentalidade no plano individual e atinge todas as dimensões da vida. Isso se aplica inclusive aos próprios militantes do movimento negro e da luta anti-racista.

De forma semelhante à corrupção e ao machismo, o combate ao racismo exige do conjunto da sociedade uma vigilância ética do ambiente racista que envolve o nosso cotidiano. Numa formação social historicamente baseada em valores europeus, pessoas brancas têm um papel importante neste processo de mudança de valores e atitudes: são elas que devem criar uma definição para “branco” que não seja associada a racismo, da mesma forma que negros e negras criaram para si uma definição nova, não mais associada a feio e fedorento – a de afrodescendentes (**ver Box 1**). Para isso, cada um dos não-negros deve se fazer aquelas velhas perguntas incômodas, do tipo “meu filho ou filha poderia se casar com uma pessoa negra?”

Combater o racismo é combater o conservadorismo oculto, explícito ou disfarçado em cada um e cada uma de nós e nas próprias organizações da sociedade, tanto no plano do imaginário quanto no do concreto. A identificação de posturas preconceituosas nas ONGs reflete a persistência do racismo na sociedade brasileira, que se observa até mesmo em movimentos que lutam contra a discriminação – como os de mulheres e de homossexuais.

O racismo opera como elemento discricionário nas possibilidades de mobilidade social da população negra. Na pirâmide social, mulheres e homossexuais estão presentes tanto entre os pobres quanto nas classes alta e média, o que não ocorre com os negros. Na TV é a mesma coisa. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado por diferentes grupos raciais mostrou que existem dois países apartados racialmente (**ver gráficos**). No entanto, a sociedade brasileira vive uma espécie de “silêncio ilustrado” em relação à questão. São produzidos vários estudos, existe um conhecimento da extensão das desigualdades, porém esta “overdose de dados” parece não ser suficiente para levar à definição de políticas.

“Por que será que os negros não conseguem fazer uma passeata em defesa dos seus direitos, como os homossexuais? Por que existem negros que assumem a homossexualidade mas odeiam ser chamados de negros?”

Nilma Bentes

A convergência entre os temas da desigualdade, da pobreza e do racismo existe apenas no plano do diagnóstico. Fora das ONGs, dos movimentos, do meio acadêmico e dos setores que têm essa reflexão mais avançada, é como se as pessoas vissem as pesquisas e não dessem a elas a devida importância. Então para que servem esses estudos se não são capazes de produzir indignação e ação?

Segundo Marcelo Paixão, autor juntamente com Wânia Sant’anna de um estudo que já se tornou clássico, sobre a revisão do IDH à luz das desigualdades raciais no Brasil, as pesquisas sobre esse tema tendem agora a ter um caráter menos de denúncia e mais propositivo. Elas deverão se tornar mais práticas, mais focadas e mais relacionadas à produção de políticas públicas, sobretudo as de áreas como segurança pública, mercado de trabalho, juventude e gênero, que afetam mais a população de afrodescendentes. É necessário, portanto, retomar o debate sobre mobilidade e estrutura da desigualdade no Brasil, demonstrando que a questão racial e a de gênero organizam a forma como a desigualdade se instala no país, em todos os campos.

Tanto o racismo quanto a luta anti-racista possuem um caráter destruturante. Precisamos reconhecer nossa humanidade através da diferença, sermos capazes de conviver com diferentes racionalidades,

reconhecer os diferentes modos de viver e sermos capazes de respeitá-los. Todas estas mudanças são tarefas reconhecidamente difíceis, mas enfrentar dificuldades é a vocação política dos movimentos e organizações da sociedade civil. É preciso ter paciência histórica e intensificar o diálogo em torno dos bloqueios que temos, para então construir um discurso hegemônico sobre a questão racial.

Box 1

Quem é negro no Brasil?

Durante a campanha eleitoral, o então candidato Luís Inácio Lula da Silva causou espanto ao afirmar, em debate na TV, que havia um modo científico de se provar quem é negro para se beneficiar das políticas de ação afirmativa. O “deslize” causou indignação até mesmo entre petistas e esquentou ainda mais a polêmica sobre as cotas. Mas, sobretudo, mostrou o quanto a identidade racial ainda é um ponto polêmico no país.

O debate sobre quem é negro no Brasil foi retomado recentemente, a propósito de um projeto de lei que tramita no Senado e de mudanças que vêm sendo introduzidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), visando ao Censo de 2010. O projeto de lei proposto pelo senador Sebastião Rocha pretende incluir o item cor na certidão de nascimento, com base na declaração do pai no momento do registro, e também na carteira de identidade, mantendo o princípio da autoclassificação utilizada pelo IBGE.

Embora os termos utilizados pelo IBGE para classificar os grupos raciais já tenham causado muita polêmica, há hoje uma tendência a considerá-lo inevitável, por conta das séries históricas. Ou seja, se o critério de classificação racial – branco, preto, pardo, amarelo e indígena – for alterado, ficará impossível comparar situações presentes com as do passado, de forma a avaliar as mudanças históricas referentes a diferentes grupos de cor.

Esse tipo de avaliação já foi comprometido durante a ditadura militar, na década de 1970, quando o quesito cor foi excluído do Censo. Apenas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 voltou a ter um suplemento especial sobre isso, o que foi importante para gerar dados sobre discriminação racial no mercado de trabalho. Em 1980, o quesito cor foi reinserido no Censo Demográfico.

Em 1990, a campanha *Não deixe sua cor passar em branco* procurou sensibilizar o movimento negro e várias outras organizações para que as pessoas valorizassem a declaração de cor. No processo preparatório do Censo 2000 foi iniciado um teste para tentar identificar a origem dos que se autotranscreveram como pardos, que acabou prejudicado pela opção “origem brasileira” entre as respostas.

Recentemente o IBGE aprovou um novo teste em que serão feitas perguntas sobre a cor da mãe e a cor do pai e sobre mobilidade socioeconômica da família. Não se sabe se isso vai funcionar, mas pelo menos há um movimento para continuar aperfeiçoando o processo. Mais do que nunca, a identificação racial agora é vital para a implementação das políticas públicas afirmativas que vêm sendo propostas para a população afrodescendente (que inclui os que se auto-declararam pretos ou pardos nas pesquisas do IBGE). ■

1ª figura

Distribuição histórica percentual da população brasileira segundo cor

ano	amarelos	brancos	indígenas	pardos	pretos	total
1890	-	44,0	-	41,4	14,6	100
1940	0,7	63,5	-	21,2	14,6	100
1960	0,8	61,0	-	29,5	8,7	100
1980	0,80	54,8	-	38,5	5,9	100
1992	0,4	54,0	0,1	40,1	5,4	100
1996	0,4	55,2	0,2	38,2	6,0	100
1999	0,5	54,0	0,2	39,9	5,4	100
2000	0,5	53,8	0,4	39,1	6,2	100

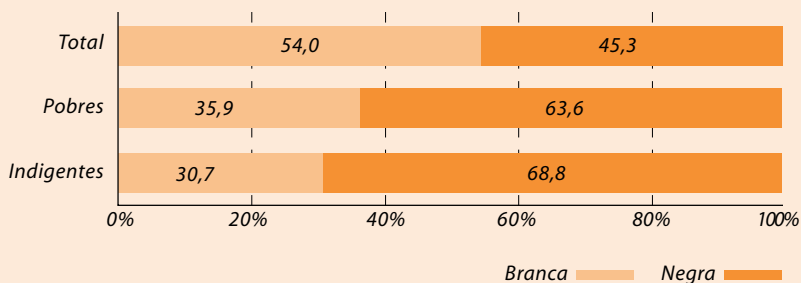
Fonte: IBGE Censos Demográficos e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs).

Nota1: As categorias de cor são auto-atribuídas a partir de opções predefinidas pelo IBGE. Deve-se considerar que a composição racial desde o final do século XIX sofreu significativas modificações ao longo do tempo nas definições, percepções e autopercepções de cor.

Nota2: A Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) só dispõe do quesito cor após 1987, sendo que somente em 1993 a opção indígena passa a ser considerada.

2ª figura

Distribuição da população total, indigente e pobre, segundo cor - Brasil / 1999



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1999 / Ricardo Henriques, IPEA, TD 807, Julho 2001.

Nota1: As categorias de cor são auto-atribuídas a partir de opções predefinidas pelo IBGE.

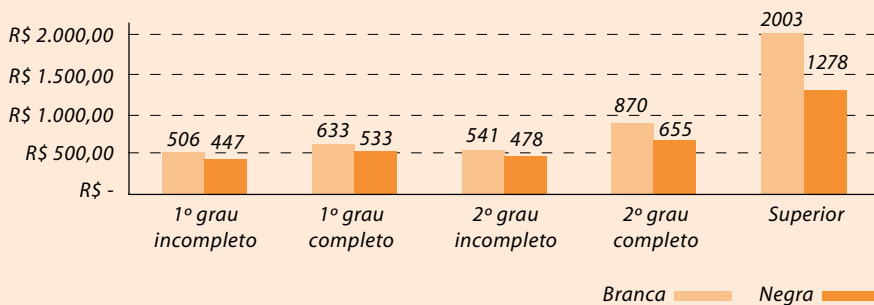
Nota2: A população negra é composta pelas categorias do IBGE "pretos" e "pardos".

“Quando desagregamos os dados sobre pobreza e desigualdade, e desenvolvimento humano e qualidade de vida, em todos eles nós encontramos a população negra mais fortemente afetada. Ou seja, os negros têm um desenvolvimento menos humano do que o dos brancos.”

Marcelo Paixão

3ª figura

Rendimento real médio dos assalariados



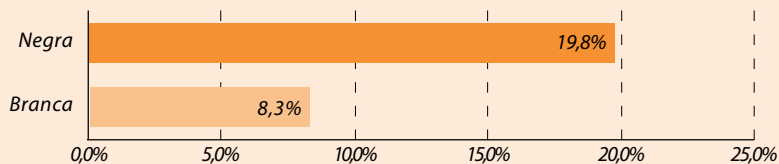
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1998 / Rosana Heringer, "Desigualdades Raciais no Brasil", 2000.

Nota1: As categorias de cor são auto-atribuídas a partir de opções predefinidas pelo IBGE.

Nota2: A população negra é composta pelas categorias do IBGE "pretos" e "pardos".

4ª figura

Taxa de analfabetismo



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1999 / Ricardo Henriques, IPEA, TD 807, Julho 2001.

Nota1: As categorias de cor são auto-atribuídas a partir de opções predefinidas pelo IBGE.

Nota2: A população negra é composta pelas categorias do IBGE "pretos" e "pardos".



Foto: arquivo Ibase

2

Igualdades e diferenças

Conviver com o diferente e com a diversidade não é fácil. Há uma tendência de se juntar no mesmo, no igual, a se isolar na diferença. Vale lembrar que no Brasil as relações inter-raciais se fundaram na perversidade, como está demonstrado em *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Isso faz com que o mundo branco confine negros e negras a um “espaço negro” com o qual essas pessoas têm dificuldade de romper, impedindo que sejam identificadas e reconhecidas pela sua profissão ou outras características pessoais e culturais (**ver Box 2**).

Tal postura aparece até mesmo em análises de pessoas que se identificam como de esquerda, mas afirmam que “o desemprego é grande, não tem emprego nem para nós”, naturalizando a situação de desemprego “dos outros”, de negros e negras, como algo aceitável ou dado. Esse discurso é observado tanto no meio empresarial quanto nas ONGs. É uma forma de confinar a pessoa negra a um suposto “lugar” que lhe seria próprio. A extensão desse quadro de exclusão se revela na dificuldade em recrutar negros e mulheres negras ou brancas para ocupar determinados cargos e, assim, ampliar sua presença em posições mais qualificadas do mercado de trabalho, inclusive nas ONGs.

Assim como o campo feminista não é mais visto como exclusivo das mulheres, e sim como de discussão e de propostas relacionadas às desigualdades de gênero, também o campo anti-racista não deve se restringir a negros e negras. A luta pela afirmação da identidade racial deve ter sempre como perspectiva os fatores associados às lutas de caráter mais geral, embo-

ra sem perder de vista os aspectos específicos. Ou seja, a política do reconhecimento é fundamental, mas é preciso combiná-la com uma agenda de justiça, equidade e redistribuição de benefícios. Neste sentido, o movimento negro não pode ficar restrito à sua política de construção de identidade.

Há um lado perverso nas políticas de identidade que fomenta um isolamento dos diversos grupos discriminados, dificultando alianças em torno das afinidades. Parece mais fácil construir a solidariedade entre cerca de 3 bilhões de mulheres existentes no mundo do que cultivá-la entre pessoas negras, menos numerosos e mais dispersos. Isso dificulta a articulação entre diversos movimentos e organizações para uma luta anti-racista mais ampla.

É preciso criar um novo patamar de diálogo sobre as relações raciais no Brasil entre as pessoas e nas organizações, incluindo as

“É fundamental disseminar a palavra quando o silêncio é estruturante do racismo, do poder e da desigualdade. Isso é um ponto muito importante, ainda que feito num ambiente restrito como o nosso.”

Atila Roque

ONGs e os partidos. A superação do padrão de relações raciais marcado pelo paternalismo vai exigir a formação de lideranças e de organizações civis da comunidade negra cada vez mais fortalecidas.

O movimento negro – que ainda tem muita dificuldade de se fazer ouvir e de se fazer legitimar – deve ser capaz de dialogar com as instâncias de poder de um lugar que não seja visto como específico de negro ou ne-

gra na sociedade, mas de ser humano, de cidadania. Como ensina a experiência das mulheres, a superação das desigualdades deve se dar como um todo. Hoje não se discute mais a questão da desigualdade de gênero apenas em função das mulheres. Isso já foi ultrapassado em várias áreas, como pobreza, saúde, política etc. (ver **Box 3**)

Para dar centralidade à questão racial na sociedade brasileira, porém, há quem defenda que o movimento negro e todos os envolvidos nessa luta tenham uma posição hegemônica, fazendo ver que suas bandeiras são universais. O pressuposto é o de que, apesar da sua

importância para o debate sobre a questão racial, as políticas de ação afirmativa, isoladamente, não dão conta da grande massa negra excluída. Para abranger este contingente da população, seria necessário trabalhar com políticas universalistas que trouxessem na sua formação, na sua implementação e no seu monitoramento a erradicação da desigualdade racial, porém, sem descartar o viés da diferença.

*“Nos agrupamos sob
a égide da exclusão,
já que é a intolerância
em relação ao racismo
que funda o movimento negro.
Nos encontramos agora
no momento de negociação:
como se reafirma uma identidade
sem ser a partir da exclusão?
Como a gente se congrega
e avança socialmente
sem perder o que nos define?”*

Marta de Oliveira

Da senzala à arena pública

“No padrão brasileiro de relações raciais, há uma etiqueta básica em que se procura acomodar as relações e abafar os conflitos, o que acabou produzindo um cenário em que o ponto de vista privado conforma uma questão que é pública. Colocar o tema do racismo na arena pública é como quebrar uma regra de etiqueta. Políticas ou denúncias acerca da realidade racial brasileira são vistas como racismo às avessas. As relações raciais no Brasil acabam sendo projetadas ao espaço doméstico e raramente são publicizadas. Assim, o problema racial não se torna evidente e as demandas que o movimento negro apresenta não são legitimadas. Só que isso tem efeitos do ponto de vista público, na ausência de políticas voltadas para esta esfera das relações sociais, o que acabou produzindo os indicadores que conhecemos. Portanto, é necessário politizar as relações raciais no Brasil, tirá-las de dentro do quarto e colocá-las na arena pública.” (Marcelo Paixão – economista e professor da UFRJ) ■



Foto: Eraldo Platz

Aprendendo com a experiência

“O debate em torno da igualdade e da diferença faz lembrar a história do movimento feminista na sua luta por identidade. A pauta feminista tinha algo de ‘maldita’, como era retratada pela imprensa. Ser feminista era ser divisionista e essencialista. O movimento feminista tinha o fascínio do ideal de fraternidade, contrapondo-se aos homens, e foi chamado de radical por não permitir a presença masculina nas suas reuniões.

Os homens muitas vezes chegavam e queriam ‘ensinar’ e ‘orientar’, dando muitos conselhos que felizmente não foram seguidos. Depois dessa fase, as feministas ampliaram suas lutas e passaram a se auto-referenciar como movimento de mulheres. Deixaram então de se ver como homogêneas, constatando que não existe *a* mulher brasileira.

Os profissionais da medicina também foram um ‘outro’ com que o movimento de mulheres teve que dialogar em termos de direitos reprodutivos. Essa aliança com profissionais de saúde é hoje avaliada como positiva, pelo impacto que produziu nos dois campos. Caminhou-se então para uma crescente profissionalização do movimento, com o surgimento de ONGs e de uma militância remunerada, levando a uma especialização das temáticas, das quais violência e saúde são as áreas que mais avançaram.

O ciclo das conferências da ONU teve como consequência para o movimento de mulheres de um lado um esgotamento, mas, de outro, maior independência em relação ao Estado. Também foi importante a criação das redes para potencializar as ações. Assim, as mulheres caminharam no sentido do diálogo com o ‘outro’.” (Leila Linhares Barsted – diretora da Cepia) ■



Foto: arquivo Ibase

3

A democracia racial diante do espelho

As experiências pré e pós Durban estão ajudando o Brasil a desafiar alguns mitos, em especial o da democracia racial, que vem sendo cada vez mais colocado em xeque e pouco a pouco desmontado, a começar pela crença generalizada de que, quando se está num campo democrático, as pessoas não são racistas.

Um exemplo significativo é o que está acontecendo na Uerj, a primeira universidade brasileira a implantar políticas de ação afirmativa para estudantes de baixa renda e afrodescendentes, através do sistema de cotas (**ver Box 9**). Segundo relato da reitora Nilcéia Freire, mal o novo vestibular começou a ser realizado, circularam entre estudantes comentários de que um grupo estaria preparando um trote “especial” para colegas que entrassem via cotas no ano seguinte. Em repúdio, o Centro Acadêmico da faculdade de Filosofia organizou um debate sobre racismo, discriminação racial e cotas nas universidades.

Nilcéia Freire costuma dizer que começou a mudar sua posição contra as cotas no dia que entrou no elevador da instituição e se deparou com um grupo de alunos da faculdade de Direito, uma das mais elitizadas da universidade, com relação candidato vaga de 48 para um. Apontando um jornal que trazia uma notícia sobre a aprovação das cotas no Legislativo, uma jovem de uns 20 anos dizia para os colegas: “você já viram quem vão ser os nossos coleguinhas no ano que vem?”. Como se não bastasse, um levantamento feito pelo Laboratório de Pesquisas Públicas da universidade revelou que 60% dos estudantes negros são contra a política de cotas.

Esse último dado alerta para o enfrentamento que o movimento negro tem com o próprio segmento negro, diante da constatação de que muitos não gostam de ser negros ou negras, ou reconhecidos como tal.

Em nenhum lugar do mundo a luta pela mudança das relações raciais se deu sem a solidariedade de outros setores. Surpreendentemente, no Brasil da “democracia racial”, há uma grande indiferença que precisa ser enfrentada. Logo, a radicalização democrática deve partir de uma perspectiva anti-racista que inclua os princípios básicos dos direitos humanos (ver **Box 4**).

BOX 4

Sob o olhar dos direitos humanos

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) nasce em 1982, oriundo das igrejas cristãs e centrado na resistência à ditadura militar e na defesa inarredável dos direitos civis e políticos expropriados naquele momento. Durante muito tempo o foco de todos os CDDHs (Centros de Defesa dos Direitos Humanos) e entidades de direitos humanos foi o combate à violência e à tortura. Com a conferência mundial de Viena de 1993, houve uma mudança de enfoque com a adoção, dentro da prática de movimento social, de dois princípios básicos: o da integralidade e o da indivisibilidade dos direitos humanos. A partir daí, os direitos econômicos, sociais e culturais passam a ser discutidos como direitos humanos e entram em cena os chamados novos atores dos novos direitos, que começam a ter um protagonismo importante: as entidades negras, as entidades de mulheres e, mais recentemente, o movimento *gay* e profissionais do sexo. ■

Um dos grandes desafios que se colocam para os diferentes setores que elaboram e debatem projetos de transformação da sociedade brasileira é o enfrentamento da questão racial como problema estrutural e como um elemento central na construção de um país efetiva-

mente democrático. Não é, portanto, um “problema de pessoas negras” mas de toda a sociedade. Não há consenso e compromisso ético possível em torno da democracia se a questão racial estiver ausente. A igualdade também tem suas diferenças. Algumas coisas que o movimento de mulheres pautou foram incorporadas pela maioria das mulheres. Da mesma forma a ação do movimento negro permitiu a quebra da idéia da democracia racial.

Mesmo com todo o clima de esperança, a nova conjuntura política gera preocupação pela dificuldade que a esquerda brasileira sempre demonstrou para lidar com a diferença e a diversidade, quando está no poder. Historicamente, ela tem dado pouca atenção à questão racial e no plano das políticas acaba fazendo o mesmo que a direita faz: cria uma coordenadoria, arranja uns empregos para um grupo e só. Apesar do consenso sobre o caráter desigual da sociedade brasileira, o tema não tem ganho centralidade na agenda política (**ver Box 5**).

“Cada negro
tem o branco
dentro de si.
Não é à toa
que a gente
quer se
embranquecer.”

Nilma Bentes

Raramente integrantes dessa corrente ideológica manifestam-se publicamente sobre o tema, ao contrário da “direita”. E quando o fazem, nem sempre são felizes. No livro *A opção brasileira*, por exemplo, César Benjamin parte da premissa errada de que não há racismo no Brasil. Mas essa visão também é encontrada na obra de autores que formaram a base do pensamento social brasileiro, como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, ou *Formação econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior. Assim, a idéia de que no Brasil não há racismo, da mesma forma que o preconceito seria social e econômico, está muito enraizada na concepção que a própria esquerda tem de país.

Vários estudos e pesquisas desenvolvidos nos últimos anos demonstram que a população negra está concentrada nos estratos mais vulneráveis da Nação. A questão premente, então, é como influenciar a esquerda no poder, de modo que ela possa incorporar um discurso democrático mais amplo. Será preciso refundar a agenda da esquerda brasileira, sensibilizando-a para a superação das desigualdades raciais.

Uma campanha quase em branco

Apesar dos recentes avanços, os candidatos à Presidência da República e aos governos de estado em 2002 pouco trataram da questão racial. Na mídia, o tema apareceu primeiro como conflito, num episódio em que Ciro Gomes negligenciou a importância do assunto, gerando grande repercussão. Acusações de racismo produzem sempre reações e resistências no plano da subjetividade, da emoção, da identidade, em especial na tradição brasileira de “democracia racial” e de embranquecimento. Talvez seja essa umas das dificuldades dos partidos para entrar nesse terreno. Supõe-se, por exemplo, que uma parte importante da rejeição à Benedita da Silva no Rio de Janeiro se deva ao racismo. Mas nunca isso foi explicitado, porque quando é dito com todas as letras “o feitiço vira contra o feiticeiro”.

Nos programas de rádio e TV, nenhum candidato mostrou-se à vontade para debater o racismo de forma franca e de frente, como discute a discriminação das mulheres, por exemplo. Mas Durban pautou o tema nos programas eleitorais, na forma de discurso indireto. A divulgação das pesquisas de intenção de voto também tratou de forma desigual o comportamento dos eleitores afrodescendentes e o do eleitorado feminino. A apuração do Vox Populi de que pretos e pardos poderiam eleger Lula no primeiro turno não teve destaque em nenhum jornal, ao contrário do crescimento de votos do candidato entre as mulheres.

O PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) deu atenção especial às mulheres negras no espaço da sua proposta de programa de governo dedicado à questão racial. Mas o PT foi o único a incluir um caderno específico, chamado *Brasil sem racismo*, mencionando explicitamente a importância da conferência de Durban. Dias antes do lançamento público, em Salvador, seguido

de um comício com a participação de 150 mil pessoas, Lula publicou um artigo no Jornal da Tarde, em que afirmou: “será impossível construirmos uma nação verdadeiramente democrática e socialmente justa se não for resgatada a imensa dívida social que há séculos faz da população negra vítima estrutural da violência, do racismo e da injustiça”. Apresentou, também, “propostas que reúnem sensibilidade, condições de viabilidade e vontade política para reverter o quadro extremamente desfavorável em que se encontra a população negra brasileira”.¹ ■

“O elogio à mestiçagem e a crítica ao conceito de raça vêm se prestando historicamente para nublar a percepção social sobre as práticas racialmente discriminatórias presentes em nossa sociedade.”

Sueli Carneiro

¹ O documento completo está em <http://200.155.6.3/site/assets/racismo.pdf>



4

Foto: Marcus Vini

Arestas, tensões e conflitos no jogo de alianças

Embora seja reconhecida a necessidade de se construir uma frente anti-racista no Brasil, os debates sobre essa possibilidade esbarram nos limites e condições de concretização de alianças entre diferentes setores para esse fim. Por um lado, o movimento negro considera-se “roubado” quando algum outro setor empunha as suas bandeiras. Ele quer ser reconhecido como o ator principal do processo anti-racista e que grupos aliados respeitem as suas reivindicações, mesmo quando não concordam com elas.

Por outro lado, há quem defenda que a questão racial não deve ser tema exclusivo do movimento negro e que, quando se adota esta postura, leva-se a uma “autocontenção” das ONGs não específicas, dificultando a construção de solidariedade, que é fundamental. Alguns militantes cobram das ONGs uma incorporação clara da perspectiva anti-racista em suas práticas e criticam a Associação Brasileira de ONGs (Abong) por ter ficado de fora do processo de preparação da Conferência Mundial contra o Racismo (CMR), apesar de ter entre suas filiadas organizações do movimento negro e outras que lutam contra o racismo. E há quem defenda que os quadros intelectuais da entidade deveriam escrever artigos de opinião e se manifestar sobre a questão racial, o que reforçaria publicamente o tema.

No entanto, há pessoas que vêm com desconfiança a atuação das ONGs “brancas”, acusadas de serem omissas, vacilantes ou parciais em relação às ONGs “negras”. A percepção de alguns é a de que brancos e brancas se beneficiam da estrutura racista, por isso não respeitam as aspirações dos negros e desqualificam as suas demandas, quando ferem seus privilégios.

As organizações de mulheres não ficam de fora dessas críticas: argumenta-se que se elas tivessem se envolvido no debate anti-racista, não teria sido necessário as mulheres negras se organizarem separadamente (ver Box 6). Foi preciso uma luta grande para que a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) se envolvesse no processo da CMR. Mas a mobilização não fez com que as ONGs feministas, em geral, interessassem-se pelo processo da conferência. Há ressalvas, obviamente. Organizações como Transas do Corpo, Themis e Cepia, além do Cfêmea e da RedeSaúde, envolveram-se ativamente no processo da CMR desde o início.

Box 6

Articulação de mulheres negras

A presença das mulheres negras no processo que levou a Durban já era marcante desde a Conferência das Américas, concorrendo decisivamente para aprovação dos parágrafos relativos aos afrodescendentes e oferecendo contribuições que sensibilizaram várias delegações de países da América Latina.

Dentre as iniciativas desenvolvidas destacam-se a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), composta por mais de uma dezena de organizações, e a Rede de Mulheres Afro Latinas e Afro Caribenhas. Ambas asseguram a interseção das questões de gênero com a temática afrodescendente nas propostas da Aliança Latino-Americana.

O trabalho da AMNB vem se desenvolvendo desde 1998, com a realização de reuniões preparatórias para Durban e participação de organizações de mulheres negras do Brasil. Na Conferência Regional das Américas, em Santiago, a articulação foi a principal delegação, sendo citada pela Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Mary Robinson.² As mulheres negras tiveram papel importante na formulação das propostas sobre afrodescendentes e sobre o tema da orientação sexual. Também participaram do II Prepcon em Genebra e da criação da Frente de Africanos e Afrodescendentes. ■

² Recentemente substituída pelo embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Melo.

Embora se reconheça que não há ainda dentro do movimento feminista um compromisso generalizado com a questão racial, o tema vem sendo colocado há pelo menos 15 anos pelas mulheres negras. Até a criação do Instituto de Pesquisas do Negro (Irohin), em Brasília, era o Cfêmea que acompanhava os projetos de lei sobre questão racial no Congresso Nacional. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), formada no processo de preparação da conferência de Beijing (1995), vem buscando incorporar o tema racial na sua organização, que inclui fóruns regionais em todo o país. A AMB também se preocupa em ter um número expressivo de mulheres negras na liderança, cobra que suas participantes incorporem a perspectiva de raça em suas análises e alocou recursos para a produção de um dossiê, em trabalho conjunto de mulheres negras e não-negras. Outro passo importante foi a inclusão deste tema na Conferência Nacional de Mulheres de 2003.

“Quem diz o que
sentimos
e demandamos
somos nós.
Ser aliado não
dá direito de
desqualificar
o que
demandamos.”

Fátima Oliveira

A RedeSaúde criou, entre 1996 e 1998, uma assessoria para assuntos da mulher negra e priorizou o tema, mas as organizações membros não perceberam a sua importância. Na época se ressentiam de ter poucas mulheres negras na Rede, mesmo em âmbito regional. Foram, então, produzidos materiais específicos para trabalhar o tema, como a publicação Oficina de Mulher Negra e Saúde, que vem sendo muito solicitada e utilizada, além de um número especial da revista da RedeSaúde sobre saúde da mulher negra.

Um outro ponto levantado diz respeito à segmentação vivenciada pelas ONGs de mulheres, o que coloca limites reais à sua atuação no campo das relações raciais. “É comum ver alguém fluente na área de violência e direitos humanos que não sabe falar nada sobre meio ambiente, por exemplo”. Isso não significa que não se busque maior integração entre as agendas, através de redes. É preciso compartilhar espaços de análise que permitam integrar as atividades realizadas.

Entre os fatores que contribuem para dificultar as possibilidades de ação conjunta contra o racismo por parte de organizações “negras” e “não-específicas” aponta-se, também, a postura da cooperação internacional,

que está sensibilizada para as questões de gênero, mas não tanto para as raciais. Por mais que se diga que tal diálogo é novo e importante, ainda há coisas complicadas, principalmente nos espaços de poder e de recursos. Para que se produza algo importante é preciso um tema, um projeto, que receberá um recurso específico. A disputa pelos recursos acaba se tornando um “campo de perversidade”. Para as organizações de mulheres que trabalham numa perspectiva anti-racista, por exemplo, é muito complicado ouvir que sua motivação não é política mas apenas a participação no bolo dos recursos da cooperação internacional destinados à CMR.

Por tudo isso, uma aliança anti-racista de múltiplos setores exige mudanças culturais nos planos individual e organizacional, um referencial ético comum e o enfrentamento da pergunta: quem tem a fala autorizada sobre a questão racial no Brasil? Só assim parece possível estabelecer uma agenda com pontos consensuais, a fim de traçar uma estratégia comum para as ações pós-Durban.

Box 7

A aliança dos povos negros das Américas

As várias conferências mundiais convocadas pelas Nações Unidas tiveram um papel fundamental para dar visibilidade e recomendar políticas públicas sobre temas essenciais como direitos humanos, meio ambiente, direitos reprodutivos, educação, gênero e pobreza entre outros. Por esta razão, a convocação da III Conferência Mundial Contra o Racismo foi marcada por grandes expectativas e esperanças pelos afrodescendentes e em especial pelos da América Latina e Caribe, pela oportunidade que ela representava, na esfera internacional de reconhecimento e busca de superação das desigualdades geradas pelo racismo, discriminação racial e xenofobia.

No plano regional, essas expectativas desdobram-se desde o ano 2000, quando foi criada a Aliança Estratégica Afro Latino-americana e Caribenha, que teve como um dos seus pontos altos a Conferência Regional das Américas, realizada no Chile. O documento final do evento consiste num amplo diagnóstico sobre as práticas discriminatórias persistentes, em suas raízes históricas e suas múltiplas manifestações atuais, e identificam os grupos humanos que estas práticas atingem. Fundamentalmente, o documento apresenta inúmeras recomendações para os Estados da região superarem as seqüelas que o colonialismo e o passado de violências produziu sobre os povos negros das Américas, a persistência das práticas discriminatórias e a necessidade de estabelecimento de políticas reparatórias e de inclusão efetiva dos afro-americanos e seus descendentes ao desenvolvimento.

A Conferência das Américas representou um passo importante para os afrodescendentes latino-americanos e caribenhos no reconhecimento da sua condição específica de marginalização social e a conferência de Durban ratificou muitas das suas conquistas. O termo afrodescendente tornou-se consagrado nas Nações Unidas, definindo um grupo específico de vítimas de racismo e discriminação. Além disso, reconheceu a urgência de implementação de políticas públicas para eliminação das desvantagens sociais de que este grupo padece, recomendando aos Estados e organizações internacionais que elaborem programas voltados para afrodescendentes e políticas de ação afirmativa. ■



5

Foto: Marcus Vini

Avanços recentes, desafios permanentes

É evidente a diferença das iniciativas e atividades de combate ao racismo e às desigualdades sociais no Brasil em relação ao final dos anos de 1990, quando foi feito um mapeamento³ a respeito. Na época, tirando a experiência dos pré-vestibulares para populações negras e de baixa renda, as atividades em outras áreas ainda eram muito embrionárias. Não havia espaço político nem aceitação social como agora. É claro que o quadro não está resolvido, que ainda há resistências e uma série de dificuldades na implementação das propostas que vão surgindo. Mas 5 ou 10 anos atrás, era difícil imaginar que o Brasil estaria discutindo e implementando o que faz hoje. Só no curto período de setembro de 2001 a novembro de 2002, já é possível perceber mudanças.

A primeira coisa que surgiu no relatório do governo brasileiro para Durban foi a sugestão da implementação de cotas para estudantes negros nas universidades públicas, que imediatamente causou uma grande agitação. Depois, durante o período da Conferência, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou um programa instituindo cotas para mulheres negras e portadores de deficiências no seu quadro de funcionários, principalmente nos cargos comissionados. Em seguida, outros órgãos do governo federal, incluindo o Ministério da Justiça, passaram a implementar programas semelhantes. Mais adiante, o Supremo Tribunal Federal (STF) indicou a adoção de cotas para negros, mulheres e portadores de necessidades especiais nas empresas prestadoras de serviços ao órgão.

³ Heringer, Rosana. *Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 2, 2001, pp.291-334.

O debate ganhou novo fôlego em maio de 2002, quando o governo lançou o Plano Nacional de Direitos Humanos II, que embora não traga uma grande novidade com relação ao que já vinha sendo dito, sistematiza como meta alguns dos pontos da agenda de Durban. Junto com o Plano, porém, foi divulgado o decreto presidencial criando o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que pode ser uma ferramenta importantíssima para o trabalho de longo prazo na luta anti-racista.

O decreto prevê o princípio da diversidade e do pluralismo no preenchimento de cargos da administração e na contratação de serviços por ordem do governo; o estabelecimento de metas percentuais de participação de afrodescendentes, mulheres e portadores de deficiência

“Será possível um projeto nacional, um projeto democrático, que não tenha como uma de suas variáveis-chave o problema da afrodescendência?”

Marcelo Paixão

para preenchimento de cargos de comissão; e a “observância desses critérios nas licitações e nas contratações das empresas de prestação de serviços”. E, por fim, institui o comitê de avaliação e acompanhamento destinado a gerir o programa.

É importante destacar que as cotas no mercado de trabalho – sobretudo na esfera pública – beneficiam pessoas que já têm uma qualificação mínima para exercer determinados cargos, sobretudo os comissionados. Logo, em termos de inclusão, diferenciam-se bastante das propostas para área da educação, que têm causado mais embate e polêmica.

O Ministério da Educação, por exemplo, está implementando, com suporte do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), um programa chamado Diversidade na Universidade, de apoio às iniciativas de pré-vestibular com finalidade de ampliar o acesso de afro-brasileiros e indígenas ao ensino superior. Além de apoiar diretamente os cursos já existentes, principalmente os de formato comunitário, o programa tem um componente de pesquisa, visando estudar e analisar melhores práticas e desenvolver uma metodologia e uma forma de trabalho para melhorar o acesso dessas populações à formação universitária.

No plano estadual, destacam-se as leis sancionadas pelo governo Garotinho, em março de 2002, criando reservas de vagas nas duas universidades estaduais, Uerj e Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense): uma de 50% para alunos que vêm da rede pública, outra de 40% para estudantes afro-brasileiros (ver **Box 8**). Na Universidade Estadual da Bahia (Uneb), o Conselho Universitário aprovou uma medida no mesmo sentido, só que incluindo também a pós-graduação. E na Universidade de Brasília (UNB) foi recentemente aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa uma reserva de 20% das vagas do vestibular para candidatos negros.

“As políticas universalistas não têm sido capazes de alterar o padrão de desigualdade racial. A negação da realidade social da ‘raça’ e da necessidade que dela decorre de focalizar as políticas públicas nos segmentos historicamente discriminados se presta à perpetuação da exclusão e dos privilégios que a ideologia que o sustenta produziu e reproduz cotidianamente.”

Sueli Carneiro

O interessante dessas iniciativas é que, junto com todas as polêmicas em torno das cotas (ver **Capítulo 6**), elas estão fomentando um debate sobre o acesso, a permanência e a deselitização do ensino superior, o que representa um ganho político importante. O primeiro passo é levar para dentro da universidade o contingente de estudantes excluídos por barreiras artificiais, já que apenas escolas particulares de qualidade e públicas de elite – como os colégios de aplicação e as escolas técnicas – preparam para o tipo de avaliação de desempenho que caracteriza o vestibular. Depois, é necessário garantir as condições de permanência desses alunos nos cursos, pois embora a universidade seja gratuita, o ensino tem custos de material de apoio e bibliográfico, além de transporte e alimentação, e nem sempre os horários de aula são compatíveis com os do mercado de trabalho. Por fim, cabe aperfeiçoar os processos para universalização do acesso ao ensino superior de melhor qualidade.

Mas não se pode ignorar os vários alertas de que essas medidas, ainda que necessárias, são insuficientes. Como costuma ressaltar Sueli Carneiro, diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, é preciso

trazer para esses debates a dimensão da diversidade e a da desigualdade racial, tendo como perspectiva o universo das políticas sociais mais amplas.

De uma forma geral, as políticas de ação afirmativa forçam a porta de lugares tradicionalmente fechados para a população negra. Um exemplo emblemático é o do Instituto Rio Branco, que passou a conceder 20 bolsas para estudantes negros terem acesso a um curso preparatório para a prova de seleção para a formação na carreira diplomática. Esta é uma daquelas intervenções localizadas que ganham relevância porque representam o rompimento com algo tido como natural: diplomacia é um mundo predominantemente branco e masculino. Mas há sempre quem argumente que a questão não pode ficar restrita aos negros, já que “não tem pobre que vá virar diplomata”.

Portanto, os sensíveis avanços não serão sustentáveis se não dermos um passo adiante na luta contra a discriminação racial, com estratégias mais amplas de inclusão nas políticas públicas. Trata-se, sem dúvida, de uma agenda importante a ser cobrada do novo governo.

Antes e depois de Durban

A participação no processo preparatório para a conferência de Durban concentrou-se, em muitos momentos, nas ONGs e organizações do movimento negro, incluindo a articulação de mulheres negras. Mesmo as organizações indígenas, que atuam em áreas diretamente ligadas à temática desta conferência, não estiveram suficientemente envolvidas. Mas também merece destaque a participação da Comunidade Bahá'í e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Isso deu uma grande visibilidade ao movimento negro brasileiro no campo internacional, na maioria dos casos ainda maior do que a presença, por exemplo, dos norte-americanos. Tanto que em Genebra o embaixador Gilberto Saboya, então secretário nacional de direitos humanos, surpreendeu-se com o grande número de organizações presentes. Com isso, a própria realidade do racismo no país, que durante muito tempo foi pouco conhecida, pôde ser melhor compreendida pelo resto do mundo. Mas o próprio movimento negro teve dificuldades de se articular, chegando ao encontro preparatório realizado em Santiago, no Chile, com oito documentos, que se juntaram aos três latino-americanos já existentes. Em Genebra, foi necessário um grande esforço de negociação com as organizações africanas, estados africanos, afrodescendentes europeus e afro-americanos para se chegar aos 11 pontos de consenso:

1. Políticas públicas: saúde, moradia, educação e emprego
2. Políticas de desenvolvimento
3. Mulheres afrodescendentes
4. Medidas legais e mecanismos internacionais
5. Pobreza e raça
6. Tráfico transatlântico de escravos
7. Crime de lesa-humanidade
8. Reparações

9. Orientação sexual
10. Racismo ambiental
11. Sistema prisional e acesso à justiça

Um dos destaques do processo de articulação das ONGs brasileiras para a CMR foi o papel desempenhado pelas organizações de mulheres através da Articulação Nacional de Mulheres Negras, cujo principal compromisso tem sido o de divulgar a conferência em todos os espaços a que têm acesso, estabelecendo diálogo com vários setores. As participantes têm atuado através de uma divisão de tarefas, para que consiga estar representada nos diversos espaços de maneira organizada. Suas ações têm sido planejadas em conjunto com a Aliança Latino-Americana e também com a Rede de Mulheres Negras da América Latina. Uma atuação que está marcada pela necessidade de abrir espaços, quebrando barreiras de vários tipos.

Já a participação do governo brasileiro na conferência foi dúbia. Para alguns participantes ele não se empenhou muito em relação ao tema, tendo inclusive se recusado a sediar a reunião preparatória das Américas. Outros, porém, avaliam que isto se foi modificando à medida que a preparação da conferência avançava. Creditou-se a postura mais ativa do governo ao impacto provocado pela mobilização do movimento negro, um dado novo que teve que ser levado em conta na estratégia oficial. A Conferência Nacional, por exemplo, só aconteceu por pressão do movimento negro, apesar das dificuldades por parte do governo.

No processo preparatório da CMR foram feitas oito conferências organizadas pela Fundação Palmares, que se mobilizou inclusive para garantir os recursos necessários obtidos no Congresso Nacional. O governo passou a construir posições em negociação com a sociedade, num processo crescente ao longo das últimas conferências da ONU. Não foi gratuita a atitude do governo brasileiro; e esta dinâmica deve ser estendida a outros debates, inclusive Alca e OMC. Essa também

foi a postura do governo brasileiro na seção especial sobre HIV/Aids, na qual a posição oficial do Brasil foi divulgada por correio eletrônico e em jornais norte-americanos.

No entanto, o I Fórum Social Mundial praticamente ignorou a Conferência e só no seu segundo ano, graças à atuação do movimento negro organizado, incluiu algumas recomendações de Durban em pé de igualdade com outras temáticas como globalização e neoliberalismo. Por mais paradoxal que possa parecer, a Conferência de Durban acabou sendo apropriada muito mais após a sua realização do que na sua preparação.

O Fórum Social Africano, realizado em Mali, logo após a CMR, reuniu cerca de 350 militantes de 12 países da África, mas na sua agenda não tinha nenhuma discussão sobre Durban e sobre encaminhamentos a serem feitos. Seus participantes sequer tinham conhecimento do que tinha acontecido na África do Sul. Foram militantes brasileiros e brasileiras que resgataram a Conferência e a importância das políticas aprovadas para os países africanos.

De forma geral, as lideranças mais diretamente envolvidas no processo preparatório da CMR reconhecem que, independentemente dos resultados, as organizações de afrodescendentes do Brasil e da América Latina saíram vitoriosas da Conferência pela capacidade de articulação anti-racista demonstrada. Mas ainda não se conseguiu no plano nacional o patamar de consenso obtido no plano internacional. O desafio, agora, é como legitimar a questão racial e definir o papel da sociedade civil organizada na retomada dos debates de Durban. ■



Foto: Enealdo Carneiro

6

As cotas em questão

Por mais espinhosa que seja, a discussão sobre as políticas de ação afirmativa centradas no sistema de cotas tem sido importante para dar visibilidade à questão racial no Brasil. Um dos seus méritos é que, de alguma forma, existem sempre argumentos buscando o estabelecimento de metas às quais se quer chegar a partir das cotas. Outro é a possibilidade de abrir o debate em relação a políticas para a igualdade racial. Como não existe um modelo construído para a superação das desigualdades raciais e nem para a produção de justiça social no país, o debate acaba ficando restrito a políticas específicas ou emergenciais. Assim como o combate à pobreza tem desembocado em bolsa-disso-e-daquilo, para as questões de raça ou de gênero tudo acaba em cotas. Mas são apenas a ponta de um *iceberg* – temos que revelar o que há embaixo.

Quem sente e vive o racismo tem dificuldade de traçar uma imagem dele, de torná-lo visível para quem não o vivencia. É como um sentimento profundo. A imagem só se forma quando consegue tocar o outro. É o que parece estar acontecendo com as cotas. Por outro lado, essa discussão de cotas incomoda porque tem mexido com algumas questões estruturais, com a estrutura de privilégios.

Discutida de forma isolada, unilateral, por quem já vem traçando as políticas no país, e descolada da política maior, a questão das cotas fica sendo pautada pelas elites, sem a participação dos grupos organizados e vulneráveis. É urgente chamar para a discussão intelectuais negros e negras que chegaram à elite acadêmica passando por uma *via crucis*, para que outros

não precisem passar pelo mesmo calvário, embora alguns não pareçam preocupados com isso. É algo que precisa ser mexido urgentemente, para que se possam formar novas opiniões e avançar para implementar realmente algumas coisas do acordo de Durban.

As mulheres, que inauguraram esse mecanismo de políticas específicas cinco anos atrás, sabem o custo que foi implantar políticas específicas, como a delegacia de mulheres e as cotas partidárias, que até hoje não

“Eu não fiz o censo, mas eu diria que em 2 mil e 100 professores, nós temos no máximo 30 docentes negros.”

Nilcéia Freire

são integralmente cumpridas. Foi um debate enfrentado muito mais no interior dos movimentos diretamente interessados nessas políticas, mas ninguém tinha certeza do resultado e do impacto que podiam causar. Por isso há quem considere que as cotas para negros e negras já estão tendo um impacto po-

sitivo, pelo debate que provocaram na sociedade. É no embate que surgem várias questões e, nos argumentos a favor ou contra, o grau de compromisso ou de preconceito.

Não existe implantação de políticas públicas se não há mecanismos de garantia, de monitoramento e de controle por parte da sociedade civil. Como vamos garantir a eficácia do instrumento para construir uma sociedade com base igualitária, que respeite as pessoas da forma como são e os direitos inerentes à sua condição? Este é um dos desafios que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) está enfrentando pelo pioneirismo (não planejado) na implantação de cotas para estudantes negros e de baixa renda (**ver Box 9**).

Os desafios de uma universidade

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) está sendo a primeira instituição pública de ensino superior do país a implementar políticas de cotas: uma para estudantes da escola pública, outra para estudantes negros e pardos. Para Nilcéia Freire, reitora da Uerj, o sucesso ou o fracasso da política de cotas certamente será acompanhado pela sociedade brasileira e influenciará novas políticas nesse sentido. Ao mesmo tempo, a Uerj foi escolhida pela Fundação Ford para coordenar nacionalmente o programa “Políticas da Cor na Educação Brasileira”. (www.politicasdacor-net)

Mas a iniciativa não partiu da instituição e nem pôde ser discutida e planejada pela comunidade universitária. A decisão veio por decreto-lei do então governador Anthony Garotinho, em março de 2002, pouco antes de entregar o governo para Benedita da Silva, e foi simplesmente comunicada à reitora, que relata como tem sido a experiência.

“O método foi absolutamente desastroso e o texto inicial, péssimo, com dois ou três artigos reservando 50% das vagas para estudantes da rede pública e ponto final. Logo depois veio a cota para negros e pardos, de 40%, desta vez por iniciativa do Legislativo, sem discussão. A gente não sabia se era uma dentro da outra ou uma sobre a outra, e qual a faixa de interseção entre as duas. A lei também não dizia como seria o critério de seleção desses estudantes.”

“Solicitamos então a cada uma das 29 unidades acadêmicas que compõem a Uerj – entre institutos e faculdades – que apresentassem um parecer a respeito, das quais 19 responderam, e fizemos uma consolidação para o parecer da universidade que foi encaminhado à Assembléia Legislativa.”

“No processo de regulamentação da lei tínhamos duas preocupações básicas. Primeiro, que o sistema de seleção não desqualificasse o estudante na porta de entrada, ou seja, que

ele não ficasse carimbado como aquele que entrou por favor. A segunda era de ordem jurídica, onde conflitam os direitos individuais e os direitos coletivos, e o medo, que ainda não está superado, das ações jurídicas, tanto individuais quanto coletivas, que incidem sobre a universidade.”

“Utilizamos um conjunto de argumentos alertando que a exclusão não começa na porta de entrada da universidade e privilegiando o investimento na educação básica e a melhoria da qualidade no ensino fundamental e médio. O governador vetou os artigos que garantiriam os recursos necessários para um programa de assistência estudantil, alegando que este já não era problema do governo e sim da universidade.”

“Ao final, ficaram dois sistemas de seleção: 50% das vagas para candidatos oriundos da escola pública e 50% para o vestibular normal. Os dois possuem uma etapa de exames de qualificação, antes de o candidato definir a carreira pretendida. Aqueles que atingirem a nota mínima pelo exame de qualificação, tanto num sistema como no outro, são selecionados e se encontram para a mesma prova final do vestibular. Só na hora da inscrição para essa última, quando escolhe a carreira, é que os estudantes optam por um sistema ou por outro. Ou seja, a prova é a mesma, mas a porta de entrada é diferenciada no processo de classificação.”

“Por oferecer todos os cursos com opção no turno da noite, desde a sua fundação, a Uerj é uma universidade pública que – diferentemente das federais – está acostumada a receber aluno trabalhador. Não é novidade ter egressos de escola pública, que hoje representam em torno de 42% dos estudantes da instituição, em média. Em algumas unidades essa proporção chega a 60%, como a de São Gonçalo, por exemplo, que é uma unidade de formação de professores com 3 mil alunos. Assim, na prática, a cota para estudantes da rede pública acaba não fazendo muita diferença.”

“A cota para negros e pardos é mais enrolada, porque a lei da escola pública reserva por curso e por turno, e a de

negros e pardos reserva na universidade. A única maneira de combinar as duas é a *posteriori*, ou seja, feita a primeira classificação, verifica-se o percentual de negros e pardos que ingressaram pelos dois sistemas no total da universidade.”

“Na primeira avaliação de alunos que entrarão pelas cotas, em 2003, foram 26 mil inscritos – abaixo das nossas expectativas – e houve um percentual de faltas de 20%, que é altíssimo para o nosso padrão de vestibular.”

“A hipótese que temos, com base em dados de anos anteriores, é que teremos os 40% na primeira classificação, por conta da reserva de 50% para a escola pública e do número de negros e pardos que já ingressavam antes da reserva. A gente não tem idéia do percentual de autodeclaração de negros e pardos que vai aparecer nesse vestibular, porque uma coisa era o estudante preencher o quesito cor no questionário sociocultural do vestibular dois anos atrás, quando incluímos essa questão. Outra coisa é agora, quando este item pode definir a sua classificação, oferecer uma vantagem. Tanto anteriormente poderia estar absolutamente subestimado (pelos que não queriam se declarar negros), como agora pode ser sobrestimado. Mas a avaliação que fazemos é que a cota para negros e pardos deverá ter uma interseção de quase 90% com a cota da escola pública.”

“Agora que o vestibular está sendo feito, muitos professores que fizeram a política do avestruz estão acordando para o fato de que é para valer. Estamos trabalhando nas unidades acadêmicas, com muita dificuldade, para que cada uma comece a discutir aquilo que entendemos como a parte mais importante desse processo: criar políticas de permanência para os estudantes que entrarem pelo sistema de cotas na universidade. Essas políticas de permanência devem estar configuradas num programa de assistência estudantil que seja o contrário de um programa paternalista, geralmente restrito a bolsa para aluno carente ou a discriminação pelo imposto de renda.”

“Precisamos de um programa que possa instrumentalizar de fato esse aluno de acordo com as dificuldades que ele apresenta para se manter no curso. Se você olhar os dados de pelos menos dez anos da Uerj, vai perceber que os alunos de mais baixa renda sequer se inscrevem nos chamados cursos de alto prestígio social: Comunicação, Medicina, Odontologia, Desenho Industrial, Psicologia... Eles se auto-excluem da competição. Já as licenciaturas e as profissões de professor, que foram desvalorizadas socialmente, passaram a ser as áreas para onde eles se atrevem a fazer o vestibular. Medicina, por exemplo, é quase impossível para quem precisa trabalhar porque o curso é em horário integral e o custo é alto, mesmo numa universidade pública, por causa da bibliografia extremamente cara. No caso da Odontologia, cada aluno tem de ter os seus materiais, o seu instrumental de trabalho.”

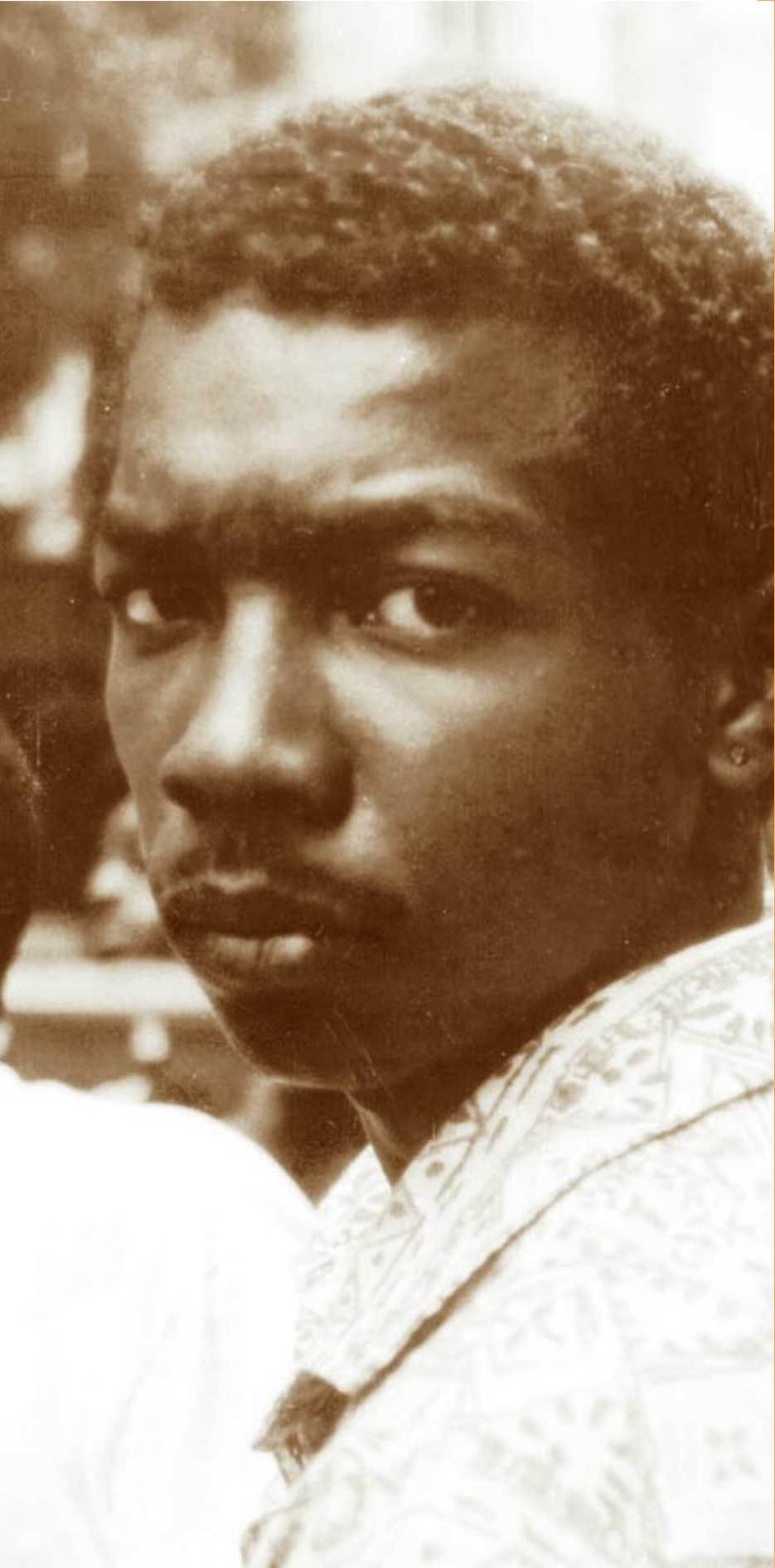
“Enfim, o que a gente imagina de uma política de permanência é pegar diferenciadamente, curso a curso, ver as condições de suporte necessárias e trabalhar individualmente, porque o tipo de apoio que cada estudante necessita é diferenciado. A gente não endossa a visão preconceituosa de que o estudante que entrar via cotas não terá capacidade de acompanhar o curso. Quando falamos em políticas de permanência, não nos referimos à capacidade intelectual dos alunos para acompanhar os conteúdos a serem ministrados. Até porque hoje já temos um quadro em que, com raríssimas e honrosas exceções, todos os alunos trazem deficiências do ensino fundamental e do ensino médio. Inclusive aqueles que vêm da ilusão chamada escola particular.” ■

*“Se eu me manifestar
contra as cotas, significa
que sou racista?
Temos de enfrentar
essa discussão para
não cair na armadilha
do contra ou a favor.
Diálogo tem que
explicitar as diferenças.”*

Atila Roque



Foto: Márcio Bredariol



7

Foto: arquivo Ibase

Construção coletiva da igualdade na diferença: pistas para ação

As idéias sobre possíveis estratégias e caminhos de ação na luta anti-racista estiveram presentes desde o primeiro diálogo e foram se ampliando à medida que as discussões avançavam. Foi consenso que o governo deve adotar medidas imediatas que demonstrem um real compromisso em lutar contra o racismo e as desigualdades raciais no Brasil. Mas não houve consenso – e nem mesmo tempo suficiente de discussão – sobre tais propostas, que ficaram como indicações para uma pauta a ser aprofundada em futuros desdobramentos dos diálogos.

No âmbito da sociedade civil, foram indicadas tanto estratégias conjuntas de ação quanto medidas a serem tomadas por cada organização individualmente, no sentido de se comprometer internamente com a luta contra o racismo.

Nas negociações com o governo, as organizações anti-racistas deverão cobrar que as posições normalmente progressistas que a diplomacia brasileira adota nas conferências internacionais sobre temas sociais se reflita em políticas públicas nacionais, o que ainda não ocorre. Ressalvou-se, porém, que o governo brasileiro não assume, no cenário internacional, posições uniformes sobre temas como o racismo e as desigualdades raciais. Embora no processo preparatório da CMR a delegação brasileira tenha admitido que existe racismo no Brasil e afirmado a necessidade de tomar medidas para combatê-lo, em outros fóruns internacionais, como o BID, representantes do governo ainda mantiveram o discurso da negação do racismo.

Avaliou-se que é necessário cobrar do governo medidas específicas e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de políticas universalistas com prioridade para a população negra. Reconheceu-se, contudo, que para o Estado brasileiro – nesta fase de encolhimento – talvez seja mais fácil fazer políticas de ação afirmativa, pelo seu caráter focalizado e direcionado.

As principais propostas apresentadas pelos participantes dos três Diálogos como possíveis formas de enfrentar o racismo e as desigualdades raciais no Brasil são resumidas a seguir.

Políticas de ação afirmativa

As políticas de ação afirmativa foram apontadas por vários participantes como necessárias e inadiáveis, embora não se tenha discutido detalhadamente qual seria o seu conteúdo. Mas também foram feitas críticas e apontadas as limitações dessas políticas, por promoverem a emergência de uma classe média negra sem gerar solidariedade em relação à maioria da população negra, como no modelo americano. A questão é: até que ponto a incorporação de mais negros, indígenas e mulheres resulta, necessariamente, em maior visibilidade das questões racial e de gênero? Não adianta ser uma mulher com cabeça de homem, nem negro com pensamento de branco. Por tudo isso, recomenda-se que a discussão sobre essas políticas seja levada à sociedade em busca de consensos.

“Democracia não é só regime político, é regime de vida. Isso exige respeito e reconhecimento das diferenças. A democracia não pode ficar focada apenas nas instituições eleitorais.”

Jacira Melo

Políticas sociais

Afirmou-se que o foco das políticas a serem propostas deve ser em saúde e educação, através de medidas que influenciem a mobilidade social, sobretudo as que envolvam o circuito completo de educação e trabalho, pois o aumento de escolaridade não garante, automaticamente, acesso a emprego e renda. Essas políticas mais amplas são um contraponto às medidas anti-discriminatórias, que o governo aceita por não alterar o *status quo*, e podem tornar negros e negras mais atentos, aumentando a base social do movimento negro.

Instâncias de monitoramento

Propôs-se reivindicar ao governo a criação de um comitê de acompanhamento do cumprimento da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e de uma Secretaria Especial dos Direitos do Negro, em âmbito federal, tendo como atribuições a criação de delegacias especializadas, o estabelecimento de cotas para negros e negras no serviço público e a implantação de programas de combate ao racismo na educação. Alguns questionaram a eficácia de um órgão específico para a questão, ao que se contrapôs o caráter simbólico de uma iniciativa dessa natureza.

Instituto para a Cura do Racismo

Destacou-se que as mudanças devem ser operadas também no plano interno das ONGs. Houve a sugestão de que as diferentes organizações conheçam e aprofundem a discussão sobre a proposta do Instituto para a Cura do Racismo (iniciativa do Geledés e Bahá'í), estudem seus princípios e procurem aplicá-los. A proposta do Instituto é transcender a dimensão ética e propor que se avance no sentido de uma crença interior, que é fundamental para convencer, por exemplo, técnicos do governo. É preciso desmontar modelos mentais.

Frente anti-racista

Em termos estratégicos, vários participantes levantaram a necessidade de superar a fragmentação da luta anti-racista, levando em conta a necessidade de construção de hegemonia. Em função disso, propôs-se formar uma Frente de Combate ao Racismo, com uma pauta definida a partir do que foi dialogado e tendo como secretaria executiva a AMB, o Observatório da Cidadania e a Articulação de Mulheres Negras. Mas não houve consenso e vários participantes acharam necessário refletir melhor sobre a proposta, levando a discussão para dentro de suas organizações. Como as propostas do movimento negro não são hegemônicas na sociedade, recomendou-se que ele não atue apenas a partir da pauta dos setores hegemônicos e busque realizar novas interpretações das transformações ocorridas nas últimas décadas, no período pós-88.

Manifestações públicas

Alguns participantes defenderam a realização de outras manifestações no estilo da que foi feita no shopping center Rio Sul, por ocasião da Conferência Nacional.⁴ Argumentou-se que o evento teve grande impacto e que esse tipo de manifestação transmite uma mensagem imediata, de forma eficaz. Para as próximas, seria necessário reunir não só pessoas negras, mas também brancas. Sugeriu-se também que, ao embarcar para o exterior, militantes organizem manifestações nos aeroportos, contra companhias que não contratam negros ou negras.

Definição de uma agenda comum

Muitos participantes destacaram a necessidade de articulação das diferentes organizações presentes para a definição de uma agenda comum de trabalho e reafirmaram a vontade política de fazer algo neste campo. Consideraram que não seria possível, a princípio, construir tal agenda, mas reconheceram a necessidade de continuar o diálogo e de definir um eixo central em torno de objetivos de curtíssimo prazo. O ponto de partida seria a reflexão dentro das instituições e redes já constituídas sobre questões como: Quais são os pontos prioritários em torno dos quais devemos trabalhar? Como deve se dar uma articulação que resulte numa afinidade entre os diferentes atores? Como congregar novos atores?

Destacou-se o avanço da articulação de afrodescendentes como atores internacionais, que deve ser valorizado, e a necessidade de maior articulação entre os planos internacional e nacional. Para tanto, é preciso definir como cobrar os compromissos assumidos em Santiago e Durban, inclusive construindo um discurso diferenciado do governo. O movimento negro tem um corpo de conhecimento não sistematizado que precisa ser resgatado e articulado com o dos formuladores de políticas, tanto nas ONGs quando nas agências internacionais.

Na perspectiva específica do movimento de mulheres, destacou-se a importância de reafirmar o tema do racismo em sua agenda, juntamente com outras questões-chave a serem colocadas para debate na sociedade brasileira. Afirmou-se que “se o movimento feminista enfrentar o racis-

⁴ Militantes do movimento negro fizeram manifestação no shopping, denunciando a pouca presença de vendedores negros nas lojas.

mo e o tema dos direitos sexuais, será uma oportunidade, como sujeitos coletivos, de dar uma contribuição efetiva para melhorar a democracia neste país”, que não pode ser pensada apenas pelos partidos e sindicatos.

Articulação com outras agendas internacionais

É necessário articular a agenda do combate ao racismo com os temas em discussão em outras esferas internacionais, como comércio, integração regional, desenvolvimento entre outras. Na lógica de integração dos mercados do Banco Mundial, por exemplo, a ação afirmativa é aceita como forma de expandir o número de consumidores. Conhecer essas premissas ajudaria a definir melhor as agendas.

“É preciso explorar a idéia de uma ‘neodemocracia racial’ vigente na sociedade brasileira.”

Luíza Barros

Observou-se que, em alguns casos, os temas clássicos são retomados em outras arenas, como ocorreu com o meio ambiente. É importante, portanto, estar atento para o fato de que eventualmente os resultados de uma conferência podem ser transformados e interferir em outras esferas de debate. Como no caso do debate sobre Trips em relação ao direito de propriedade intelectual no que diz respeito aos medicamentos para HIV/Aids.

Fórum Social Mundial

Alguns participantes defenderam a importância de se reconhecer e participar do FSM, dada a relevância deste espaço como momento de construção de propostas alternativas. Portanto, é necessário que as organizações do movimento negro participem mais ativamente do processo.

Atuação no Executivo

Foram apresentadas propostas concretas para buscar influir nos processos de decisão em curso, no que se refere à definição de políticas que levem em conta a questão das desigualdades raciais. Entre as sugestões está a realização de um seminário para apresentação dos indicadores de desigualdade racial a técnicos do governo, com o objetivo de dar maior visibilidade ao tema. Um seminário desse tipo pode-

ria ajudar a provocar mudanças inclusive na forma como certos organismos internacionais analisam a questão racial no Brasil.

Um exemplo do que se pode fazer: em Genebra, representantes de ONGs se reuniram com o representante do Banco Mundial responsável pela articulação com a sociedade civil e perguntaram por que a instituição não dava atenção à questão racial no Brasil. Ele respondeu que simplesmente o relatório brasileiro para o Banco não falava disso e que as ONGs têm que trabalhar para que isso aconteça. Tal relatório fala que “a agenda de redução da pobreza inclui políticas para reduzir as formas mais severas de privação e envolve questões de desigualdade de renda, bens e oportunidades, exclusão social, participação, questões referentes a gênero e populações indígenas.”

Além disso, é necessário maior articulação com ONGs e redes que estão em Brasília e um trabalho mais direto com o Executivo, pois o Legislativo é relativamente mais coberto pelas ONGs. Com a posse do novo governo, começa a discussão do Plano Plurianual de Metas que vai orientar os gastos sociais e os investimentos em mais quatro anos de governo, que precisam ser discutidos para que se possa influenciá-los de forma efetiva.

Aumento da representação política

Negros e negras nunca estiveram no primeiro escalão, criando uma falsa impressão de que não têm capacidade para ocupar estes espaços.⁵ Por isso foi colocado que é fundamental trabalhar no sentido de ampliar numérica e qualitativamente a representação política da população negra.

Articulação com movimentos de favelas

Alguns participantes observaram que, quando se conhece o movimento popular de favelas, percebe-se que há uma raiva por parte das lideranças dessas comunidades em relação às ONGs. Isso leva a uma preocupação com o pós-Durban. As experiências internacionais são importantes, mas tendem a ser autofágicas. Não produzem conseqüências práticas imediatas, mesmo no campo das ONGs. O que se pode construir a partir daí?

As questões colocadas por esta conferência facilmente se resolvem apenas no plano teórico, sem se efetivarem. Por exemplo, no Rio o problema da segurança pública é claramente colocado como coisa

⁵ Na época do III Diálogo, Benedita da Silva e Gilberto Gil ainda não eram ministros.

de favelado, de traficante. É importante parar com isso. Nada justifica. Mas qual é o foco central? Por onde atacar? O desafio é pensar o que vamos conseguir efetivar.

A favela é um ícone deste debate. Não dá para separar da questão racial. Os militantes de favela se ressentem muito do movimento negro. Parte do movimento é de classe média, mas muito outros são de favela. Diante disso, como construir um discurso que se contraponha ao senso comum e demonstre que a favela é uma atualização da senzala?

Racismo e segurança pública

Foi abordada a necessidade de aprofundar a discussão sobre as implicações do racismo na atuação dos órgãos de administração da Justiça e dos agentes de segurança pública. Há pontos cegos no discurso que precisam ser revelados. Apontou-se, por exemplo, a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno do *racial profiling* (a polícia parar alguém pelo fato de ser negro), tema que já vem sendo objeto de reflexão e pesquisas nos EUA, onde existem centros de estudo e pesquisa sobre o assunto. Em 1999, o Departamento de Justiça americano fez um longo estudo sobre o assunto e recomendou que haja um registro de quem é parado e revistado. O Cesec/Ucam tem feito parcerias específicas com o Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) e Criola para desenvolver projetos neste campo.

Seminário “Mídia e Racismo”

Foi apresentada a proposta de realização de um debate sobre mídia e racismo na Universidade Candido Mendes (Ucam), chamando estudantes de comunicação, partindo-se da constatação de que uma das melhores formas de se avançar no combate ao racismo na sociedade brasileira é um diálogo do movimento negro com diversos setores, inclusive a academia. O evento concretizou-se no dia 21 de agosto de 2001 e teve quatro mesas-redondas e a participação de centenas de pessoas, principalmente estudantes universitários. Os resultados foram publicados no livro *Mídia e Racismo*, organizado por Silvia Ramos e lançado em setembro de 2002 pela Editora Pallas.

Propostas para ampliar o diálogo

A ótima receptividade aos diálogos pré e pós-Durban estimulou os participantes a proporem a ampliação do campo da interlocução sobre o racismo e a luta anti-racista no Brasil. Os movimentos e organizações da sociedade civil tendem às vezes a colocar muitas fichas na ação governamental, para influenciar processos da ação governamental, com base em uma noção clássica de governo. O diálogo pode incorporar uma percepção ampliada de governança, com os diferentes atores da sociedade, incluindo o empresariado. Para ampliar o diálogo é preciso escolher com quem vale a pena conversar e debater.

No plano internacional, o Banco Mundial e o BID, mas também o embaixador brasileiro Sergio Vieira de Melo, pela posição que ocupa no Alto Comissariado da ONU, e Roberto Martins – designado um dos cinco *experts* independentes que representam América Latina e Caribe no grupo de trabalho sobre afrodescendentes. Espera-se que seja do interesse deles trabalhar em parceria com as entidades brasileiras comprometidas com o avanço de Durban. Isso exige das organizações da sociedade civil uma ação objetiva de aproximação e apresentação da agenda de trabalho pós-Durban, para busca de apoio concreto. A Rede Brasil, que faz o monitoramento das instituições financeiras multilaterais, também pode participar da ampliação desse diálogo.

Há dois campos extremamente articulados à problemática do racismo que têm permanecido à margem dessa discussão: a academia e os jovens. Há poucos pesquisadores no meio acadêmico dedicados a problemáticas relacionadas à questão do racismo. A academia não mantém – ou mantém acidentalmente – um diálogo com forças e reflexões do movimento negro e outras forças ligadas ao racismo. Alguns poucos pesquisadores que se dedicam à área de violência incluem o racismo em suas investigações, mas sem um fio de

interlocução com o movimento negro. É curioso também que haja poucos especialistas em desigualdades raciais estudando violência. Os estudos no campo do racismo têm se mantido nas desigualdades clássicas.

Já na juventude há uma vigorosa, muito intensa e vital força de articulação, de vocalização da problemática do racismo. Há algum tempo, o Ibase publicou uma edição da revista Democracia Viva em que listou uns 10 ou 15 grupos que têm inúmeros projetos formatados, todos de iniciativa de jovens. Movimentos do hip-hop e grupos culturais do Rio de Janeiro, como o Nós do Morro (da comunidade do Vidigal) e a Cia. Étnica de Dança, não vêm da tradição do movimento negro clássico, mas são onde mais se está discutindo racismo. Não tem nenhuma música do hip-hop que não fale da questão racial, que não vocalize o tema. Um grupo como o Afro-Reggae fala de racismo todos os dias, o tempo todo, e com um vigor impressionante. Mas não da forma clássica dos anos 1970, 80, 90, porque vem pela experiência, pela vivência e por uma perspectiva preocupada com a questão de classe e da desigualdade, da diferença.

Talvez haja, aí, um problema geracional: quase todo o movimento negro e militantes das ONGs têm mais de 40 anos. Logo, não é possível pensar em uma agenda da questão racial para os próximos anos sem incorporar grupos de jovens. Eles estão falando para a sociedade, através das músicas e trabalhos culturais, no âmbito do simbólico, que é muito importante. Eles atuam em pontos da comunidade, da sociedade, onde a problemática do racismo está inteiramente incorporada e frequentemente faz parte da agenda principal. Só que lateralmente, às vezes ligados a uma outra preocupação. É uma forma muito espontânea, verdadeira, ligada à vida como ela é, com suas injustiças e desigualdades.

Outra interlocução estratégica para mudanças de longo prazo é com as escolas. Para que tenhamos uma atuação, uma influência nessa área seria fundamental trazer para o

diálogo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que engloba atores estratégicos, um dos segmentos da sociedade que mais tem que ser cutucado, mobilizado, sensibilizado, trabalhado.

Igualmente importantes são os profissionais de saúde, cuja formação específica da prática clínica preserva, através do silêncio, todas as coisas indesejáveis que foram ditas, historicamente, acerca da população negra e que se mantêm até hoje. A falta de diálogo resulta em mortalidade infantil, em mortalidade materna, em falta de acesso à atenção básica, porque a população negra é grande usuária do SUS – o Sistema Único de Saúde. Quando se discutem formas de intervenção na saúde no Brasil, a Fiocruz tem um papel fundamental.

O papel mais importante do diálogo, portanto, é oferecer oportunidade de discutir temas controvertidos e aprofundar o debate sobre as controvérsias, permitindo a informação para ação nas diferentes redes. Ampliar o diálogo significa atrair aqueles que o diálogo pode influenciar e, de outro lado, aqueles que têm que influenciar o diálogo. Esta é uma ação política.

Disseminar a palavra é fundamental para a tematização do racismo, pois a produção do silêncio foi parte fundamental da estratégia de dominação. Não é irrelevante disseminar a palavra quando o silêncio é estruturante do poder e da desigualdade. O próximo passo será romper o silêncio mais amplamente. Romper o silêncio é muito importante para romper com a solidão que o racismo produz entre os que estão conscientes dele, entre os que sofrem e lutam contra ele. A quebra do silêncio também permite aprender a ouvir. E não podemos esquecer a mídia, pois a primeira barreira para quebrar o preconceito é a informação, é abrir o diálogo para o entendimento do outro. ■

Metas para o milênio

O esforço de formulação e aprovação de um marco legal fundado na plataforma de Durban⁶ em cada país da América Latina e Caribe deve considerar também a dimensão étnica, racial e de gênero presente nas sete metas que tratam de diferentes aspectos inter-relacionados da pobreza, estabelecidas para 2015. São elas: a redução em até 50% da proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza; educação primária universal; eliminação das disparidades de gênero na educação até 2005; redução em 75% da mortalidade infantil e das crianças menores de 5 anos; redução da mortalidade materna; acesso universal a serviços de saúde reprodutiva; implementação de estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentado até 2005, de forma a reverter as perdas de recursos ambientais até 2015.

Esse marco legal deve atender ao imperativo ético de restituição da plena humanidade dos afrodescendentes e realizar a função primária do Estado em relação a essa população, assegurando o direito à igualdade de oportunidades, persistentemente violado pelo racismo e a discriminação racial. A produção da inferioridade social dos afrodescendentes é o elo de continuidade entre as repúblicas da nossa região e o velho regime colonial escravocrata. ■

“Se a nossa força é a palavra, só tem uma forma de exercer o diálogo: abrindo esse diálogo para os que não puderam ainda falar e nem ser ouvidos. Que o nosso diálogo seja provocador de outros diálogos.”

Iradj Eghari

⁶ O Plano de Ação de Durban, que tem 209 artigos, pode ser encontrado em www.palmars.gov.br

Participantes⁷

- Almir Pereira Jr, ActionAid, Rio de Janeiro
- Amélia Cohn, Cedec, São Paulo
- Ana Toni, ActionAid, Rio de Janeiro
- Analba Brazão, AMB e Coletivo Leila Diniz, Rio Grande do Norte
- Ângela Collet, Ibase e Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro
- Ângela Freitas, AMB, Rio de Janeiro
- Antonia Lopes, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, Pará
- Athayde Motta, Afirma Comunicação e Pesquisa, Rio de Janeiro
- Atila Roque, Ibase e Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro
- Cândido Grzybowski, Ibase, Rio de Janeiro
- Célia Regina da Silva, Ceap, Rio de Janeiro
- Cláudia Pons Cardoso, Maria Mulher, Rio Grande do Sul
- Conceição Fontoura, Maria Mulher, Rio Grande do Sul
- Deise Benedito, Fala Preta, São Paulo
- Doralice Silva, AMB e Grupo Transas do Corpo, Goiás
- Eduardo Oliveira, Afirma Comunicação e Pesquisa, Rio de Janeiro
- Elizabeth Lima da Silva, AMB e Kilombo Organização Negra, Rio Grande do Norte
- Fátima Oliveira, RedeSaúde, Minas Gerais
- Fernanda Carvalho, Ibase e Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro
- Guacira Oliveira, AMB e CFêmea, Brasília
- Hildézia Medeiros, Caces, Rio de Janeiro
- Iara Pietricovsky, Inesc, Brasília
- Iolanda Tejedor, Redeh, Rio de Janeiro
- Iracema Dantas, Ibase, Rio de Janeiro
- Iradj Eghari, Comunidade Bahá'í, Brasília
- Itamar Silva, Fundação Bento Rubião, Rio de Janeiro
- Ivanir dos Santos, Ceap, Rio de Janeiro
- Jacira Melo, AMB e RedeSaúde, São Paulo
- Jorge Eduardo Durão, Fase, Rio de Janeiro
- Jorge Vicente Muñoz, Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, Rio de Janeiro
- Jurema Werneck, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e Criola, Rio de Janeiro
- Kátia Guimarães, AMB, Brasília
- Leila Linhares Barsted, Cepia, Rio de Janeiro
- Lúcia Xavier, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e Criola, Rio de Janeiro
- Lucila Beato, Geledés - Instituto da Mulher Negra, São Paulo
- Luiza Bairros, Phud, Brasília
- Marcelo Paixão, UFRJ, Rio de Janeiro
- Márcio Alexandre Gualberto, Fase, Rio de Janeiro
- Maria Magnólia Costa Delfort, Articulação dos Remanescentes Quilombolas, Maranhão
- Marta de Oliveira, AMB, Rio de Janeiro
- Michele Lopes, Cfêmea, Brasília
- Nadir Moraes, AMB e Rede Acreana Mulheres e Homens, Acre
- Nilma Bentes, Centro de Estudos e Defesa do Negro, Pará
- Nilza Iraci, Geledés - Instituto da Mulher Negra, São Paulo
- Olmar Klich, MNDH, Brasília
- Regina Rocha, Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, Rio de Janeiro
- Ricardo Gouveia, Abong-RJ, Rio de Janeiro
- Rosana Heringer, Afro/Ucam e Cepia, Rio de Janeiro
- Rosiana Queiroz, MNDH, Brasília
- Rurany Silva, AMB, Grupo Transas do Corpo e Fórum Goiano de Mulheres, Goiás
- Sandra Silveira, Themis, Rio Grande do Sul
- Schuma Schumacher, Redeh, Rio de Janeiro
- Sérgio Martins, ENZP, Brasília
- Sílvia Cordeiro, Centro de Mulheres do Cabo, Pernambuco
- Sílvia Ramos, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Ucam, Rio de Janeiro
- Sônia Cleide da Silva, Grupo de Mulheres Negras Malunga, Goiás
- Sônia Correa, Ibase e Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro
- Sônia Ferreira, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e Grupo de Mulheres Negras Malunga, Goiás
- Sueli Carneiro, Geledés - Instituto da Mulher Negra, São Paulo
- Taciana Gouveia, SOS Corpo, Pernambuco
- Terezinha Barros, AMB e Fórum de Mulheres de Salvador, Bahia
- Vera Baroni, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Pernambuco
- Vera Vieira, Rede Mulheres e Educação, São Paulo
- Vilma Francisco, ENZP, Brasília
- Wania Sant'anna, AMB, Rio de Janeiro

⁷ Participantes em pelo menos uma das reuniões dos Diálogos.

iBase
instituto

Articulação
das Mulheres Brasileiras

CFEMEA

cesec
Centro de Estudos de
Segurança e Estabilidade

BAHÁ'Í
Religião Universal da Paz



AFRO
CENTRO DE ESTUDOS
AFRO-BRASILEIROS

criola

cepia
Cooperativa, Estado, Políticas, Informação e Apoio

Articulação de
Mulheres Negras
Brasileiras

APOIO

n(o)vib
Associação Nacional de Instituições de Pesquisa e
Educação em Ciências Sociais

actona
Brasil

ff
FUNDAÇÃO FORD
Fundação de Estudos